



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

MAYKON LOPES DA SILVA

**MINHA CASA MINHA VIDA: Impactos do Programa habitacional
na Redução do Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás**

BRASÍLIA

2024

Maykon Lopes da Silva

MINHA CASA MINHA VIDA: Impactos do Programa habitacional na Redução do Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Professora Orientadora: Prof^a. McS Olinda Maria Gomes Lesses

Brasília – DF

2024

MAYKON LOPES DA SILVA

MINHA CASA MINHA VIDA: Impactos do Programa habitacional na Redução do Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do aluno

Maykon Lopes da Silva

Prof^a. McS Olinda Maria Gomes
Lesses Professor-Orientador

Prof^a. McS Elizânea de Araújo Gonçalves
Professora-Examinadora

Brasília, 28 de julho de 2024

Silva, Maykon Lopes da

MINHA CASA MINHA VIDA: Impactos do Programa habitacional na Redução do Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás. Brasília, 2024.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2024.

Orientadora: Prof^a. McS. Olinda Maria Gomes Lesses, Departamento de Administração.

1. Minha Casa Minha Vida. 2. Déficit Habitacional. 3. Unidades habitacionais. 4. Domicílios

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o impacto que o Programa Minha Casa Minha Vida provocou em relação à redução do déficit habitacional no município de Águas Lindas de Goiás. Para isso, foram analisados documentos e estudos oficiais disponíveis nos canais de comunicação de órgãos e entidades governamentais, além disso foi feito levantamento bibliográfico na literatura nacional especializada sobre o assunto e consultas aos Sistemas Eletrônicos de Informação ao Cidadão dos principais atores governamentais responsáveis pela elaboração de políticas públicas e de estatísticas relacionadas ao tema. Dessa forma, a análise revelou que no âmbito do município de Águas Lindas de Goiás o PMCMV alcançou números significativos em relação à disponibilização de domicílios, alcançando assim um dos objetivos do programa que era o aumento do estoque de habitações, bem como o fomento na economia local. A partir de dados disponibilizados pelo Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil o estudo mostrou que a disponibilização da quantidade de unidades habitacionais ficou concentrada na faixa de renda considerada “mercado popular”, que é a parcela da população com renda de 3 a 10 salários mínimos, indo em direção ao que ocorre no Brasil de forma geral. Além disso, os indicadores do déficit habitacional no município mostraram que o problema do déficit se concentra fortemente na parcela mais vulnerável da sociedade, representada pelas famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos, as quais, historicamente, são as mais excluídas do sistema de crédito por estarem fora do mercado formal de emprego e renda. Destaca-se, ainda, que apesar do considerável número de unidades habitacionais disponibilizadas o déficit habitacional na cidade continuou a apresentar crescimento, sendo uma das possíveis causas o grande crescimento populacional vivenciado pelo município durante as últimas décadas. Diante de tal situação, esse trabalho permite verificar a forma de atuação desta importante política pública no cenário local e seu impacto em relação a um dos seus principais objetivos que é a redução do déficit habitacional brasileiro. Por fim, para futuras análises sobre o tema, tecem-se algumas limitações que podem ser superadas em outros estudos, com ênfase na dificuldade em conseguir informações oficiais nos sistemas de transparência dos órgãos públicos brasileiros, em especial, quando se recorre ao âmbito municipal.

Palavras-chave: Minha Casa Minha Vida. Déficit Habitacional. Unidades habitacionais. Domicílios.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Resumo das três faixas: montante contratado em cada região do país	15
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás, 2010	20
Tabela 2 - Indicadores do Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás, 2010.....	21
Tabela 3 - Total de Financiamentos pela Caixa Econômica Federal 2009 a 2020 - PMCMV	27
Tabela 4 - Total de Financiamentos pelo Banco do Brasil 2012 a 2020 – PMCMV	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Financiamento de unidades habitacionais com recursos do FGTS em Águas Lindas de Goiás – 2009 a 2020	22
Gráfico 2 - Distribuição do Déficit Habitacional Águas Lindas de Goiás – 2021	24
Gráfico 3 - Evolução do Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás – 2017 a 2021	25
Gráfico 4 - Crescimento Populacional em Águas Lindas de Goiás 2009	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

BB – Banco do Brasil

CEF – Caixa Econômica Federal

CF/88 – Constituição Federal de 1988

FAR – Fundo de Arrendamento Mercantil

FDS – Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FJP – Fundação João Pinheiro

IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMB – Instituto Mauro Borges

MCID – Ministério das Cidades

OGU – Orçamento Geral da União

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SFH – Sistema Financeiro Habitacional

UH – Unidade Habitacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Contextualização.....	9
1.2. Formulação do Problema	10
1.3. Objetivo Geral.....	12
1.4. Objetivos Específicos	12
1.5. Justificativa	12
2. REFERÊNCIAL TEÓRICO	14
2.1. Programas Habitacionais e Redução do Déficit Populacional no Brasil	14
2.2. Minha Casa, Minha Vida: Criação, Implementação e Objetivos.....	16
3. MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
4.1. Minha Casa Minha Vida e Redução do Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás	20
4.2. Distribuição de Unidades Habitacionais Segundo as Faixas de Renda	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	30
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
7. APÊNDICE	35
7.1. Consulta 1 - Resposta e-Sic Caixa Econômica Federal	35
7.2. Consulta 2 – Resposta e- SIC Ministério das Cidades.....	39
7.3. Consulta 3 - Resposta e-Sic Banco do Brasil	41
7.4. Consulta 4 – Resposta e- SIC Fundação João Pinheiro	45
8. LINK DE ACESSO ÀS RESPOSTAS E-SIC	47

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

O processo de urbanização no Brasil foi desprovido de políticas públicas durante um longo período de tempo. Após a abolição da escravidão, as primeiras iniciativas de criação de programas habitacionais foram pontuais sendo, primeiramente, executadas por empresas privadas por meio da construção de vilas operárias e, posteriormente, com a introdução dos Institutos de Aposentadoria e Pensão - IAP, que assumiram a construção das unidades habitacionais, apesar destes não terem sido criados com essa finalidade o que demonstrava que o governo não tinha qualquer política pública estruturada para tratar da questão (Cavalheiro e Vieira, 2022).

A falta de planejamento no processo de urbanização brasileira acarretou consequências negativas, resultando na falta de moradias adequadas para a população e contribuindo para a formação da população vulnerável que existe atualmente (Carvalho e Vieira, 2022). Dessa forma, a exclusão da parcela economicamente mais frágil da população do acesso à moradia acabou por privá-la do consumo da habitação, o qual é um dos aspectos mais importantes da questão social, dado que contribui de forma significativa para a distribuição de renda e dos significados e valores que a ela estão ligados (Oliveira, 2014).

Apenas no período do governo militar, instaurado em 1964, foi lançada a primeira política organizada relacionada à questão habitacional por meio da criação do Sistema Financeiro Habitacional – SFH (Lei nº 4.380 de 1964), que tinha como órgão central o Banco Nacional de Habitação (BNH) e objetivo principal reduzir o déficit habitacional brasileiro. Essa política foi implementada como uma alternativa de superação à crise econômica que o país enfrentava na época, visando estimular o setor de construção civil e, assim, combater o desemprego pela absorção de grande parte dos trabalhadores para este setor. Tal política acabou se mostrando pouco eficaz no combate ao déficit habitacional, dado que a oferta de moradias à classe de mais baixa renda foi insignificante, principalmente pelo programa ter sido desvirtuado e passado a investir a maior parte dos recursos em edificações de luxo, estimulando, assim, o mercado superior (Oliveira, 2014).

A extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, gerou um hiato na implementação de programas significativos relacionados à política habitacional que perdurou até a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, pela lei 11.977 de

2009. Assim como na criação do Sistema Financeiro Habitacional, o PMCMV foi projetado para ser uma alternativa de combate a um período de recessão econômica e tentar minimizar os impactos da crise econômica mundial, iniciada em 2008 (Euclides et al., 2017). O programa originariamente gerido pelo Ministério das Cidades teve como forma de atuação fornecer subsídios e taxas de juros reduzidas a fim de facilitar a aquisição de moradias populares, em áreas urbanas e rurais, tendo como objetivo reduzir o déficit habitacional no país (Brasil, 2023). A estruturação do programa foi feita de forma a englobar três diferentes faixas transcritas a seguir:

Subdivido em modalidades, o PMCMV esteve estruturado em três faixas, no período 2009-2016. A Faixa 1, que compreende as famílias consideradas (sic) de interesse social (com rendimento familiar mensal de até três salários mínimos), é composta pelas modalidades: (a) Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV/FAR), para municípios com população superior a 50 mil habitantes; (b) MCMV-Entidades, para famílias organizadas em cooperativas, associações e/ou demais entidades privadas sem fins lucrativos; (c) Oferta Pública de Recursos (PMCMV/OPR), que atua em municípios com população de até 50 mil habitantes; e o PMCMV/Rural, direcionado à produção ou reforma de imóveis residenciais localizados em áreas rurais. As Faixas 2 e 3, compreendem as operações realizadas diretamente com o mercado imobiliário, tendo o acompanhamento da instituição financeira responsável pela gestão do PMCMV (Moreira et al., 2017, p. 595).

No ano de 2016, foi criada a faixa 1,5 (quarta faixa do programa) que, assim como nas faixas 2 e 3, tinha como fonte de recursos o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e beneficiários os indivíduos com vínculos formais de trabalho, apresentando como principal diferenciador o rendimento monetário familiar e as taxas de juros aplicadas (Euclides et al., 2022). Desde sua criação, o PMCMV entregou mais de 6 milhões de habitações nas diferentes faixas do programa (Brasil, 2023), passando a ser considerado por muitos autores como o maior programa de enfrentamento ao problema habitacional brasileiro (Moreira et al., 2017).

1.2. Formulação do Problema

Cohen et al. (2007) defendem que a habitação adequada se constitui em um espaço de construção e consolidação do desenvolvimento da saúde. Os autores trazem a ideia de habitação como a ação do *habitat* em um espaço que engloba não só o elemento físico da moradia, mas também a qualidade ambiental neste espaço construído, no seu entorno e nas suas inter-relações. Desse modo, segundo os autores, um programa que incentive a

construção de *habitat* saudável só é efetivado por intermédio da elaboração de políticas públicas saudáveis, que exigem ação intersetorial, interdisciplinar e uma nova institucionalidade social, materializadas através de propostas que visem à territorialização, à vinculação, à responsabilização e à resolutividade com um olhar integral sobre o ambiente em todas as suas dimensões, onde estão inseridos os indivíduos e suas famílias.

Distante dessa realidade, encontram-se milhões de famílias brasileiras que compõem o déficit habitacional do país (o Censo demográfico de 2010 apontou um déficit habitacional de 6,490 milhões de unidades, representando 12,1% dos domicílios do país). O problema habitacional brasileiro é uma consequência de décadas de falta de investimento e de política públicas para o setor, assim como da migração desenfreada da população brasileira para os centros urbanos ao longo do século XX, mais especificamente desde o início da década de 1930 em consequência das políticas de industrialização do país implementadas no governo Vargas. Essa migração gerou o inchaço populacional dos centros urbanos e um consequente desarranjo do espaço urbano que acabou por expulsar a maior parte da população para as periferias, gerando o processo de favelização nos grandes centros e, por conseguinte, a proliferação de habitações sem o mínimo de infraestrutura (Botega, 2007).

Após décadas de esquecimento, a primeira política pública voltada especificamente para a área foi implementada na figura do Sistema Financeiro Habitacional, porém esta não alcançou grandes resultados, tendo como um dos motivos da ineficiência a priorização da classe média em detrimento da população assalariada, principal classe afetada pelo déficit habitacional, até ser extinto na década de 1980 (Botega, 2007). Décadas mais tarde, veio uma nova iniciativa governamental o PMCMV, projetado e implementado visando ser a principal política de combate ao problema da falta de moradias adequadas para a população. Contando com um orçamento robusto, o programa atingiu resultados expressivos em termos quantitativos estando presente em praticamente todos os municípios do país (Moreira et al., 2021). Porém, o PMCMV também apresentou falhas de planejamento e execução que foram alvo de críticas da literatura especializada sobre o tema.

A partir desse cenário, este estudo buscou analisar a efetivação e os impactos do PMCMV no município de Águas Lindas de Goiás, focando em seus efeitos no combate ao déficit habitacional local, a partir do início da construção de empreendimentos ligados ao PMCMV. Desse modo, a principal indagação a qual este estudo pretendeu responder foi: O Programa Minha Casa Minha Vida foi efetivo na busca pela redução do déficit habitacional no município?

Em busca de respostas a esse questionamento foi realizada análise de conteúdo das

informações fornecidas por órgãos governamentais, questionamentos aos órgãos do governo ligados ao setor por meio do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão – e-SIC, bem como revisão da literatura existente sobre o tema de modo a entender a dinâmica do programa e sua importância para a redução do déficit habitacional do município de Águas Lindas de Goiás.

1.3. Objetivo Geral

O presente trabalho teve como objetivo analisar os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida em Águas Lindas de Goiás, em especial, no que toca a efetividade da política pública na redução do déficit habitacional do município.

1.4. Objetivos Específicos

- Descrever as principais características do Programa Minha Casa Minha Vida;
- Apresentar o problema do déficit habitacional no Brasil;
- Analisar os principais impactos do PMCMV no município de Águas Lindas de Goiás em relação à redução do déficit habitacional do município.

1.5. Justificativa

Como um dos principais objetivos do PMCMV a redução do déficit habitacional por meio do aumento de estoque de unidades habitacionais – UH, busca efetivar um dos mais relevantes direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 - CF/88: o direito à moradia (CF/88, art. 6º). Ademais, em seu artigo 23, inciso IX, a CF dispõe que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico o que demonstra a necessidade da atuação conjunta dos entes federados para a construção de políticas públicas sobre o tema (Brasil, 2024).

A efetividade do programa é tema de elogios, mas também de críticas por parte da literatura especializada. Moreira et al. (2021), classificam o PMCMV como o maior programa habitacional da história brasileira, dado o expressivo investimento e a consequente quantidade de moradias contratadas. Além disso, os autores destacam o fato do alcance da cobertura quase universal do programa que se faz presente em mais de 99% dos municípios brasileiros

(o programa está presente em 5.530 dos 5570 municípios do país, equivalente a 99,3% do total). Em contraponto, Balbim et al. (2015) destacam que o PMCMV não é adaptado à diversidade das situações brasileiras e, ainda, que ao ser alçado à categoria de política habitacional, determina princípios, mecanismos e diretrizes que impedem o surgimento de programas alternativos que poderiam auxiliar no combate às peculiaridades do déficit habitacional.

Dado o exposto, faz-se importante a análise do programa não apenas de forma macro, importando também suas implicações no micro ambiente como em municípios e localidades específicas de modo a visualizar os diferentes impactos que a política provocou no contexto social e econômico de localidades com diferentes formações sociais, econômicas e culturais. Ressalta-se que alguns trabalhos já foram publicados no sentido de avaliar os impactos deste programa habitacional em diferentes cidades brasileiras tais como Souza e Mello (2018), que avaliaram o PMCMV no município de Valparaíso de Goiás sob a ótica de segregação causada a partir da construção de Brasília. Birck et al. (2020) discutiram a satisfação dos usuários de moradias populares em loteamentos de interesse social, localizados na cidade de Porto Alegre -RS. Ainda em Porto Alegre, Cavalheiro et al. (2022) analisaram determinantes da qualidade de vida e o impacto nas vidas das famílias beneficiadas pelo referido programa habitacional. Oliveira (2013) procurou explicar a relação entre o papel das construtoras/incorporadoras imobiliárias e o Minha Casa, Minha Vida, a partir da atuação da construtora mexicana Homex, responsável pela construção de alguns empreendimentos do programa no estado de São Paulo.

Porém, a literatura ainda é incipiente quando se refere ao município goiano de Águas Lindas de Goiás, sendo sua escolha para objeto de estudo justificada pela importância que o município vem alcançando ao longo dos últimos anos, quando se analisa o aumento do estoque de unidades habitacionais, aumento populacional e dinâmica urbana, assim como pela carência de análises aprofundadas sobre o tema no local em seus diferentes escopos: social, econômico e político.

Portanto, a análise contida neste estudo é relevante na medida em que analisa os impactos da implementação de uma das mais importantes políticas públicas brasileiras dos últimos anos no combate a um relevante problema social que é o déficit habitacional. Desse modo, faz-se importante verificar quais foram os resultados que o programa conseguiu alcançar em um dos municípios brasileiros que mais cresceu em termos populacionais no período em que o programa começou a vigorar e a se consolidar na realidade brasileira.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1. Programas Habitacionais e Redução do Déficit Populacional no Brasil

Segundo a Fundação João Pinheiro – FJP (fundação que calcula o déficit habitacional brasileiro desde 1995), déficit habitacional pode ser definido como o conceito que dá sustentação aos indicadores que visam a necessidade de substituição ou construção de moradias dada a existência de habitações com grande precariedade, onerosidade excessiva com aluguel e a existência de coabitação, com famílias habitando cômodos e unidades domésticas conviventes. Esses indicadores têm como objetivo dimensionar a quantidade de habitações que são incapazes de atender o direito de acesso à moradia, por parte dos segmentos da população brasileira, a uma habitação minimamente adequada (Fundação João Pinheiro [FJP], 2022).

A FJP calcula o déficit habitacional com base em três componentes: domicílios improvisados ou precários, que representam restrições de acesso a moradias que não atendam a determinadas qualidades mais básicas (habitações com grande precariedade); domicílios em situação de coabitação, que indicam a existência de famílias conviventes e/ou adensamento domiciliar, onde os moradores se veem impossibilitados de ter habitações melhores (menos adensadas) ou de formarem novos domicílios de acordo com a necessidade; ônus excessivo com aluguel urbano, que diz respeito à falta de acesso a moradias de qualidade e ao dispêndio excessivo com aluguel que compromete diversos outros gastos do domicílio/famílias (saúde, educação, lazer, transporte etc.), ocasionada pela realidade financeira dos moradores do domicílio entre os domicílios com renda total de até três salários mínimos (Fundação João Pinheiro [FJP], 2022).

Nesse contexto, visando combater o problema do déficit habitacional foram criados alguns programas governamentais, dentre os quais se destacam a criação do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, em 1964, e do programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, lançado em 2009, descontinuado, em 2021, pelo Programa Casa Verde e Amarela e retomado em 2023 pelo atual governo Lula (Oliveira, 2014). Ambos os programas, apesar de terem sido implementados em décadas diferentes, tiveram como objetivo comum ser um instrumento de combate à crise econômica, bem como de redução do déficit habitacional do país. No entanto, a literatura aponta falhas estruturais que fizeram com que eles não alcançassem o objetivo

inicialmente programado, em especial, quanto à redução do déficit habitacional, sendo que tais iniciativas, na prática, não priorizaram a oferta de moradias para as classes socialmente mais vulneráveis, que são as mais afetadas por esse problema crônico brasileiro (Botega, 2007), (Souza e Mello, 2018).

Segundo o relatório Déficit Habitacional no Brasil 2009, produzido pela Fundação João Pinheiro – FJP, o déficit habitacional estimado para o Brasil em 2009 (ano de lançamento do PMCMV) correspondia a 5,998 milhões de domicílios, dos quais 5,089 milhões, ou 84,8%, estavam localizados nas áreas urbanas (Fundação João Pinheiro [FJP], 2012). Em 2022, um ano após o encerramento do PMCMV, os números oficiais do déficit habitacional tinham aumentado para 6.215.313 domicílios. Dessa maneira, não obstante o investimento de R\$ 403,1 bilhões na contratação de mais de 5 milhões de moradias realizadas entre os anos de 2009 a 2017, verifica-se que o déficit habitacional continuou a aumentar e a representar um montante expressivo dos domicílios do país (Euclydes et al. 2021).

Com isso, reforça-se a ideia de alguns autores os quais afirmam que mais uma vez o problema habitacional brasileiro está sendo tratado como a mera produção de casas, sem a realização de planejamento que adeque o contexto do espaço urbano como localização, infraestrutura e padrão de moradia (Oliveira, 2014). Oliveira (2014) analisando o PMCMV, afirma que o sucateamento dos órgãos públicos e das companhias de habitação impediram que o Estado fosse o dirigente predominante do programa tendo, assim, de atuar em parceria com a iniciativa privada, na figura do mercado imobiliário. No entanto, ao assumir o papel real de principal dirigente do programa o mercado imobiliário vislumbrou a possibilidade de garantir maiores ganhos econômicos ao priorizar a construção de UHs para a faixa conhecida como “mercado popular”, famílias com renda de 3 a 10 salários mínimos e que, segundo a propaganda governamental, não eram a prioridade da política habitacional.

No mesmo estudo, a autora, citando o trabalho de Fix e Arantes (2009), traz que, em 2009, 60% das UHs e 53% do subsídio público seriam destinados às famílias com a faixa de renda entre 3 a 10 salários mínimos, mesmo estas correspondendo a apenas 15,2% do déficit habitacional. Em contraponto, às famílias mais vulneráveis, com renda inferior a 3 salários mínimos, caberiam somente 35% das UHs, apesar destas representarem 82% do déficit habitacional urbano, resultando na diminuição de apenas 8% do déficit para essa faixa de renda. Em 2017, Moreira et al. (2017) analisando os números do PMCMV ratificam essa situação na Figura 1, a seguir:

Figura 1

Resumo das três faixas: montante contratado em cada região do país

Região	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3	Total
Centro-Oeste	150.023	308.464	55.578	514.065
Nordeste	703.643	472.997	91.759	1.268.399
Norte	219.829	54.480	25.245	299.554
Sudeste	470.713	838.408	304.241	1.613.362
Sul	196.503	525.733	85.615	807.851
Total	1.740.711	2.200.082	562.438	4.503.231
Representatividade	38,7%	48,9%	12,5%	100,0%
Valor Contratado (R\$)	83.486.234.994,31	198.860.636.755,79	50.118.952.330,24	332.465.824.077,30

Fonte: Moreira, Silveira e Euclydes (2017); IV Encontro Brasileiro de Administração Pública

Dessa forma, em 2017, o cenário era praticamente idêntico ao previsto em 2009, pois a distribuição do montante de unidades habitacionais contratadas nas faixas 2 e 3 permaneceu acima de 60% do total contratado, já o valor contratado para essas faixas foi superior a 70% do total, fato que indica a priorização do extrato da sociedade que possui melhores condições de inserção no mercado imobiliário.

Exemplificando a informação de que o Programa Minha Casa Minha Vida acabou sendo utilizado de acordo com a vontade do setor imobiliário, Souza e Mello (2018), analisando o caso específico das obras do PAC, no Eixo Minha Casa Minha Vida, no município de Valparaíso de Goiás, citam que nesse município goiano, entre os anos de 2009 a 2014, não foram edificadas unidades habitacionais para a Faixa 1 do programa, apesar da maioria dos domicílios da cidade abrigarem famílias com essa faixa de renda (86,33 % do total de famílias, segundo dados do Censo de 2010). Sendo assim, quando dissecado os dados do PMCMV percebe-se que apesar do discurso governamental de priorização das faixas de menor renda houve falhas quanto a distribuição de unidades habitacionais para a parcela mais vulnerável da população, que de fato é a mais atingida pelo déficit habitacional no país.

2.2. Minha Casa, Minha Vida: Criação, Implementação e Objetivos

O Programa Minha Casa Minha Vida foi instituído pela Medida Provisória N° 459, de 25 de março de 2009, convertida na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, tendo sido alterado diversas vezes ao longo de sua existência original que perdurou até o ano de 2021, quando foi descontinuado pelo programa Casa Verde e Amarela, criado pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro (Brasil, 2009).

A lei instituidora do PMCMV apresenta como finalidade do programa a criação de

mecanismos de incentivo tanto à produção quanto à aquisição de novas unidades habitacionais ou, ainda, para requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (BRASIL, 2009). Já no campo acadêmico, alguns autores apontam o combate aos efeitos da crise econômica internacional que despontou em 2008, com a crise imobiliária norte-americana, como um dos principais objetivos de lançamento do programa. Para cumprir esse objetivo, o PMCMV se baseou no fomento anticíclico à geração de emprego e renda, por meio do incentivo à cadeia produtiva da construção civil (Euclides et al., 2021).

Tal informação é apresentada no Plano Nacional de Habitação, elaborado em 2009, o qual afirma que a concentração de um conjunto de ações de estímulo direto à atividade econômica no setor de construção civil e infraestrutura justificava-se pelo relevante papel que o setor da construção civil desempenha, em toda sua cadeia produtiva, na economia brasileira e, ainda, por sua enorme capacidade empregadora. Assim, de acordo com o PNH – 2009, o PMCMV foi a principal medida anticíclica adotada pelo Governo Brasileiro, estando fundamentado no potencial de geração de emprego e oportunidades de negócio, e na expansão de atendimento ao mercado popular no país. A partir disso, o objetivo principal era criar um ambiente econômico confiável que estimulasse o crescimento do mercado formal de crédito, assim como a geração de emprego (Ministério das Cidades [MCID], 2009).

Apesar do conflituoso cenário político-econômico que o Brasil enfrentou após os primeiros anos de lançamento do PMCMV, a política perdurou por quatro mandatos presidenciais tendo sua execução organizada em três fases: PMCMV-I, 2009-2010, com meta de 1 milhão de casas construídas; PMCMV-II, entre 2011 e 2014, com meta de dois milhões; e o PMCMV-III, de 2016 até o fim do programa em 2021, também com meta de 2 milhões de moradias (Euclides et al., 2022). As fases do programa focando, principalmente, no aumento do estoque de moradias mostram que a implementação da política pública habitacional buscou combater o déficit habitacional no seu aspecto quantitativo, como afirmado no relatório de avaliação do programa elaborado pelo Ministério da Economia, conforme segue:

O PMCMV é focado na redução do déficit habitacional quantitativo, por meio de incremento no estoque de moradia. Dessa forma, não atua diretamente no déficit qualitativo, também conhecido como Inadequação de Domicílios, embora questões de acesso a infraestrutura, adensamento no convívio domiciliar, propriedade fundiária e outros aspectos relacionados à qualidade da moradia sejam também componentes muito importantes da política habitacional (BRASIL, 2020, p.8).

O foco no aspecto quantitativo do déficit habitacional é um dos principais motivos de

crítica ao PMCMV. Como afirmado por Oliveira (2014), a maior parcela da carência por moradias está entre a classe mais vulnerável da população, aquela com renda de 1 a 3 salários mínimos (82,5% em 2009). No entanto, a falta de acesso ao mercado, principalmente, pela falta de ocupação formal fez com que o mercado imobiliário não correspondesse às propagandas do governo de que a produção de moradias priorizaria a entrega de unidades a essa classe social (Oliveira, 2014).

Outro problema apontado em alguns estudos destaca que, muitas vezes, a entrega das habitações para as faixas mais vulneráveis negligenciam os aspectos básicos da moradia, tais como a qualidade do produto e a real necessidade do usuário (Birck, et al., 2020). Essa problemática é reforçada no estudo de Balbim, Krause e Lima Neto (2015), que destacam o fato do PMCMV não estar incluído no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e, conseqüentemente, não estar submetido ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, ambos criados pela Lei 11.124/2005. A referida lei busca assegurar que programas e ações para HIS sejam executados segundo marcos jurídicos específicos, em especial relativos ao controle e à participação social e o reforço a cooperação federativa. Essa falta de articulação com outros setores da sociedade deixando o mercado imobiliário como principal executor do programa, tendo em vista que a ele coube escolher as áreas propícias a receberem os empreendimentos habitacionais, fez com que o PMCMV se assimilasse, em alguns aspectos, à política adotada pelo BNH que resultou na viabilização de moradias para faixas de renda mais elevadas ao passo que expulsou a população de baixa renda para a periferia das cidades (Oliveira, 2014).

3. MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

O presente trabalho é um estudo descritivo sobre o programa habitacional Minha Casa Minha Vida. O município de Águas Lindas de Goiás foi o escolhido para ser objeto de estudo, sendo sua escolha justificada pelas significativas alterações socioeconômicas que ele apresentou ao longo das duas últimas décadas, em especial, na década em que o perdurou o ciclo de vida do PMCMV, destacando-se o grande crescimento populacional e o aumento da quantidade de domicílios na cidade.

A coleta de dados para subsidiar a análise do estudo foi feita por diferentes meios de pesquisa contando com análise documental e de informações disponibilizadas nos canais oficiais de comunicação de órgãos e entidades governamentais, tais como Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério das Cidades – MCID, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil – BB, Fundação João Pinheiro – FJP, Instituto Mauro Borges – IMB, dentre outros. Além disso, foram realizadas solicitações de informações junto à CEF, ao BB e ao MCID a fim de conhecer o número de UHs contratadas para Águas Lindas de Goiás no recorte temporal que abrange o ano de lançamento do PMCMV, em 2009, até sua descontinuidade em 2020. As pesquisas realizadas via e-SIC tiveram como finalidade subsidiar as conclusões deste estudo, bem como demonstrar a efetividade do programa no combate ao déficit habitacional em âmbito local por meio dos dados quantitativos do número de UHs financiadas no período em análise.

A análise dos dados foi realizada através da elaboração de análise comparativa do déficit habitacional do município no ano posterior ao lançamento do programa com os dados obtidos no ano do seu encerramento. Para isso, foram analisados os números do déficit habitacional por duas diferentes instituições que são referência sobre o tema: a Fundação João Pinheiro e o Instituto Mauro Borges. Frise-se que as metodologias de cálculo do déficit habitacional adotadas pelas instituições diferem uma da outra, porém elas são utilizadas como referência para divulgação da evolução deste tema no país. Com o intuito de contextualizar a situação do déficit habitacional no município de Águas Lindas de Goiás, buscou-se os dados do crescimento populacional em números estimados pelo IBGE. Os dados foram importantes para dimensionar a situação do déficit em números quantitativos totais e também em números relativos percentuais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados oriundos da análise do material bibliográfico disponibilizado nos canais de comunicação governamental, bem como dos artigos e outras publicações de instituições especializadas sobre o tema. Em complemento, serão discutidas as informações requisitadas, por meio do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão – e-SIC, aos órgãos e instituições governamentais que tratam das questões habitacionais no país.

A comparação do déficit habitacional no tempo foi feita com base nos dados disponibilizados pelo Ministério das Cidades e pelo Instituto Mauro Borges - IMB, sendo estes órgãos responsáveis pelo tema em nível federal e estadual, respectivamente. Importante frisar que a metodologia de cálculo do déficit pelo IMB difere do utilizado pela FJP em

alguns aspectos, sendo um dos principais o fato do IMB utilizar cinco indicadores para o cálculo do déficit no âmbito do estado de Goiás, enquanto a FJP utilizou quatro indicadores para o cálculo do déficit em 2010. Contudo, este fator não impede que sejam feitas comparações da evolução do problema para o município, dado que até o momento a FJP não disponibilizou os dados municipais para o período em análise impedindo a comparação com a utilização exclusiva de seus dados.

4.1. Minha Casa Minha Vida e Redução do Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás

A seguir, serão apresentados números do déficit habitacional do município de Águas Lindas de Goiás, segundo dados do Censo Demográfico Brasileiro de 2010. Os dados foram disponibilizados pela Fundação João Pinheiro por meio de consulta à instituição utilizando-se do sistema e-SIC. Apesar dos dados se referirem ao ano de 2010, considera-se que ainda assim eles são de suma importância para a pesquisa, tendo em vista que permitem a análise comparativa do déficit inicial por moradias nas diferentes faixas de renda propostas pelo PMCMV, registrado no ano imediatamente subsequente ao lançamento do programa, com a evolução da disponibilização de unidades habitacionais no município ao longo de sua vigência no recorte temporal proposto por este estudo. O número de unidades habitacionais contratadas em Águas Lindas de Goiás, entre os anos de 2009 a 2020, foi solicitado e obtido em solicitação de informação encaminhada ao Ministério das Cidades – MCID.

Segundo dados da FJP, o déficit habitacional total no município de Águas Lindas de Goiás, em 2010, era de 5.971 unidades, sendo o déficit habitacional relativo total (comparação do déficit habitacional ao total de domicílios da unidade de análise) de 13,5%, pouco acima da média nacional para o período que foi de 12,1%. Abaixo, segue tabela 1 com os dados do déficit habitacional do município em análise:

Tabela 1

Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás, 2010

	Total (unidades)
Déficit Habitacional Total	5.971
Domicílios sem rendimento	350
Domicílios com rendimento 0-3	3.755

salários mínimos	
Domicílios com rendimento 3-6	1.037
salários mínimos	
Domicílios com rendimento 6-10	696
salários mínimos	
Domicílios com rendimento 10 ou mais salários mínimos	133
Déficit Habitacional Rural	0

Fonte: Elaboração própria com dados da Fundação João Pinheiro e do Censo demográfico de 2010.

De acordo com a tabela 1, a maior parte do déficit de moradias para o período encontrava-se na faixa de renda entre 0 a 3 salários mínimos com 3.755 unidades ou 62,8% do total. Quando somados aos 350 domicílios da faixa sem rendimento a porcentagem sobe para 68,7%, mostrando a concentração do problema na faixa economicamente mais vulnerável da população.

Ainda utilizando os dados do censo demográfico de 2010, disponibilizados pela FJP, segue-se tabela com o detalhamento do déficit habitacional, conforme os indicadores que o caracterizam:

Tabela 2

Indicadores do Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás, 2010

Indicador	Número de Domicílios	Déficit Relativo (%)
Domicílios Precários	596	1,4
Coabitação Familiar	3.183	7,2
Ônus Excessivo com Aluguel	1.444	3,3
Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados	748	1,7
Total	5.971	13,4

Fonte: Elaboração própria com dados da FJP e do Censo Demográfico de 2010.

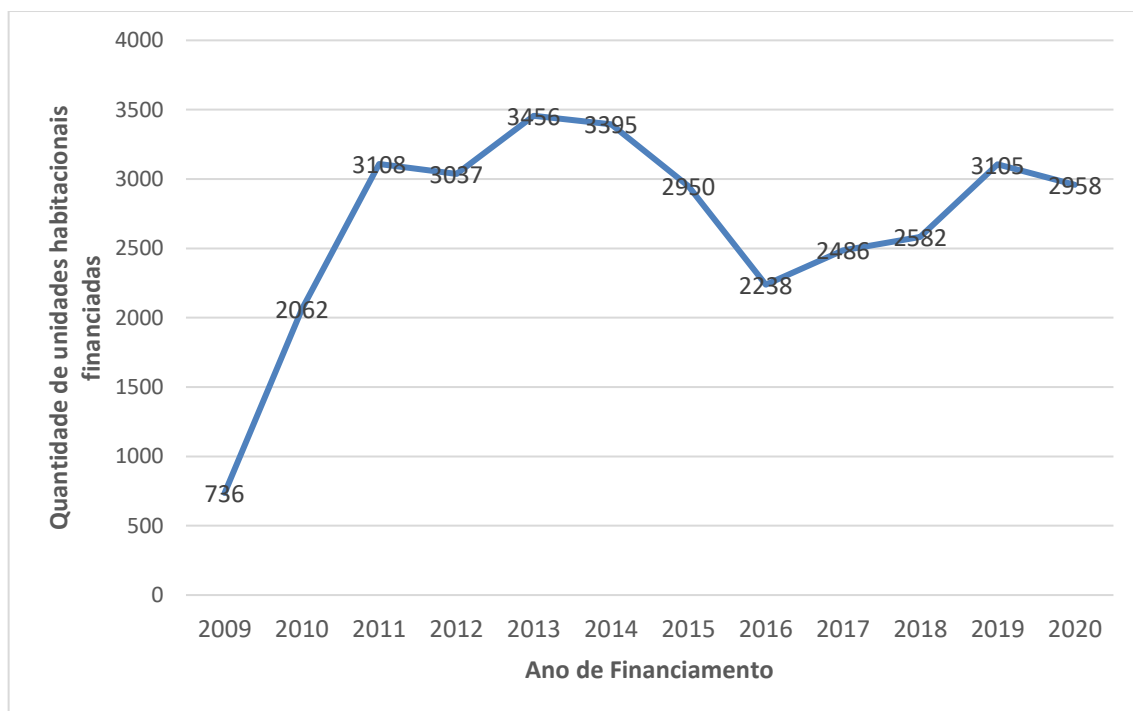
Com base na tabela 2, o indicador coabitação familiar representa a maior parte do déficit habitacional para a localidade (3.183 domicílios, equivalente a 53,3% do total). Ressalta-se que na metodologia adotada para o cálculo do déficit a coabitação familiar levou

em consideração apenas as famílias conviventes secundárias que declararam intenção de constituir um domicílio exclusivo (Fundação João Pinheiro [FJP], 2013). No indicador ônus excessivo com aluguel são consideradas exclusivamente as famílias com rendimento de até 3 salários mínimos, sendo que os gastos com aluguel restringem substancialmente a qualidade de vida dessas famílias. Em relação aos domicílios precários, a concentração se dá nas faixas de 0 a 3 salários mínimos e sem rendimento que juntas somam 464 unidades habitacionais (77,8% desse indicador). Dentre os indicadores, a distribuição foi mais significativa na coabitação que ficou racionada da seguinte maneira entre as faixas de renda: sem rendimento, 63 unidades (1,97%); 0 a 3 salários mínimos, 1.578 unidades (49,57%); 3 a 6 salários mínimos, 798 unidades (25,07%); 6 a 10 salários mínimos, 612 unidades (19,2%); acima de 10 salários mínimos, 133 unidades (4,17%). No indicador adensamento excessivo de domicílios alugados a concentração na faixa até 3 salários mínimos foi de 62,8% (556 de 748 unidades).

De acordo com o exposto, o retrato do déficit habitacional para o município de Águas Lindas de Goiás era ligeiramente superior à taxa apresentada para o Brasil em 2010. Seguindo a situação do país, a maior concentração do déficit na cidade, em todos os seus indicadores, situa-se entre as famílias com faixa de renda inferior a 3 salários mínimos, reforçando o fato de que o problema se concentra fortemente nessa parcela da população. Em seguida, no gráfico 1, apresentam-se os números referentes às contratações de unidades habitacionais para o município disponibilizados pelo Ministério das Cidades em resposta às solicitações feitas via e-SIC.

Gráfico 1

Financiamento de unidades habitacionais com recursos do FGTS em Águas Lindas de Goiás – 2009 a 2020



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério das Cidades, 2023.

Como demonstrado no gráfico 1, percebe-se que a partir do lançamento do PMCMV, em 2009, o município de Águas Lindas de Goiás contou com a contratação sistemática de financiamentos de unidades habitacionais ao longo da existência do programa. Durante o período apresentado, houve ligeiras oscilações na quantidade de financiamentos, com o pico sendo alcançado em 2013 com 3.456 unidades financiadas.

Somando-se os financiamentos habitacionais do período de 2009 a 2020, foram financiadas 32.113 habitações com recursos do FGTS, no município de Águas Lindas de Goiás. Além dos financiamentos proporcionados pelo FGTS, o MCID disponibilizou dados dos seguintes empreendimentos na cidade financiados com recursos oriundos do Orçamento Geral da União, OGU, na modalidade FAR: Residencial Betel I – contratado em 2009, disponibilizou 199 UHs, Residencial Betel II, contratado em 2010, disponibilizou 104 UHs. Destaca-se que os imóveis financiados na modalidade FAR são destinados à Faixa 1 da política habitacional. Diante disso, segundo as informações do MCID, a quantidade total de unidades habitacionais contratadas no período foi de 32.416 residências.

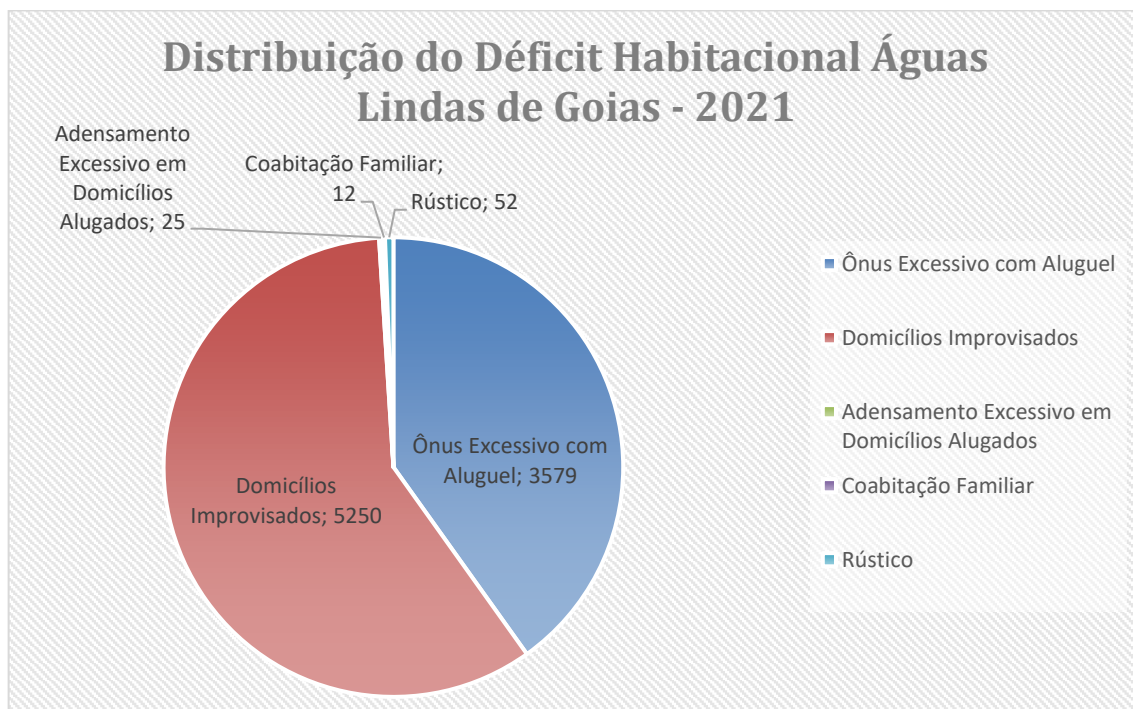
Contudo, apesar dos números significativos de disponibilização de moradias, materializados no elevado número de financiamento de imóveis a partir do uso do FGTS, o déficit habitacional para o município continuou a crescer, de acordo com dados do Instituto Mauro Borges - IMG (instituto responsável por estatísticas e estudos socioeconômicos nos estados de Goiás).

Segundo o IMB, o número de domicílios em déficit habitacional em Águas Lindas de Goiás no ano de 2021 era de 8.918 unidades (gráfico 2), número que coloca o município em terceiro lugar no ranking de déficit habitacional do estado de Goiás, atrás apenas das cidades de Goiânia e Anápolis. No entanto, algumas características do déficit habitacional na cidade foram alteradas em relação ao ano de 2010. Dentre as alterações, destaca-se a diferença substancial do indicador coabitação familiar que era expressivo em 2010 (3.183 domicílios) no cálculo da FJP, mas que em 2021 apresentava apenas 12 famílias vivendo nessa situação, com base na metodologia de cálculo do IMB. A grande parcela do déficit para o período mais recente ficou concentrada no indicador domicílios improvisados (precários) que foi de 5.250 famílias enquadradas nesse indicador do déficit, cifra que representa 64% dos domicílios improvisados do estado, sendo este um dos maiores condicionantes para esse indicador do déficit na região.

O gráfico 2, abaixo, traz a distribuição do déficit habitacional no município com base nos cinco indicadores utilizados pelo IMB.

Gráfico 2

Distribuição do Déficit Habitacional Águas Lindas de Goiás – 2021



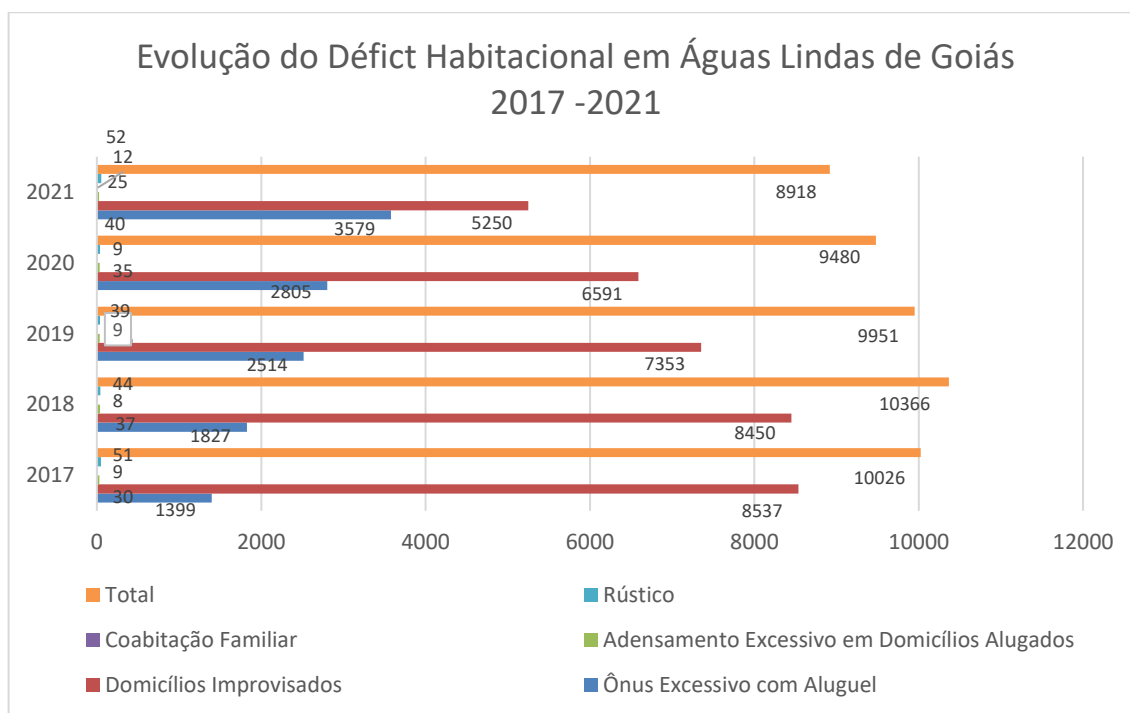
Fonte: Elaboração própria com dados do Instituto Mauro Borges, 2022.

Conforme apresentado pelo IMB, o déficit habitacional para o município goiano concentra-se quase que exclusivamente nos indicadores domicílios improvisados (59%) e

ônus excessivo com aluguel (40%). Outro importante destaque para a análise do déficit é que apesar do aumento total em relação ao ano de 2010, o problema no município apresentou redução gradual a partir do ano de 2019, conforme apresentado no gráfico 3, abaixo.

Gráfico 3

Evolução do Déficit Habitacional em Águas Lindas de Goiás – 2017 a 2021.



Fonte: Elaboração Própria com dados do Instituto Mauro Borges, 2022.

Analisando o gráfico 3, tem-se que em números totais o déficit habitacional no município foi reduzido em 1.108 unidades (11,05%) entre os anos de 2017 e 2021. A maior contribuição para essa redução foi a queda no indicador de domicílios improvisados que passou de 8.537 unidades, em 2017, para 5.250 unidades, em 2021 (-38,5%). Em oposição a essa redução, houve um expressivo aumento de famílias vivendo em situação de ônus excessivo com aluguel, cujo indicador apresentou aumento constante ao longo do período quando passou de 1.399 para 3.579 famílias englobadas nessa situação. O aumento expressivo de famílias em condição de ônus excessivo com aluguel foi de 2.180 unidades (nas quais estão inseridas 9.969 pessoas), ou 155,8%. Esse fato foi um determinante para que o município não obtivesse uma melhora ainda mais significativa na redução do déficit habitacional local. Os demais indicadores do déficit no município representaram variação inexpressiva para o período em destaque.

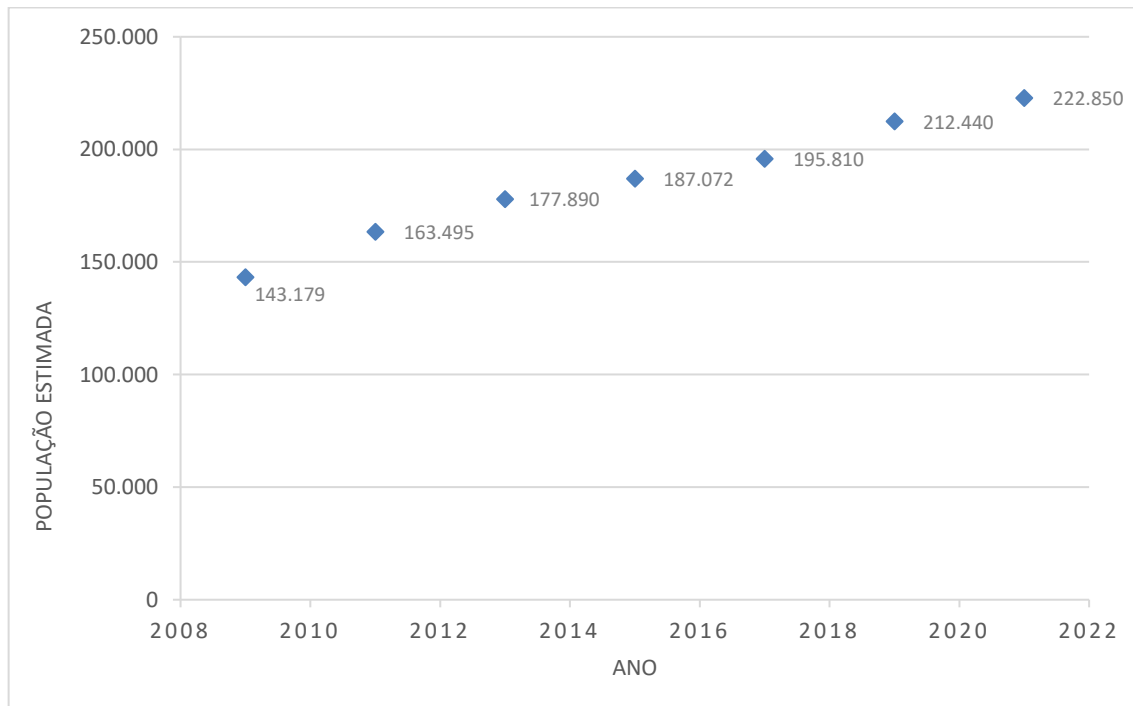
De acordo com o exposto, com a utilização dos números do déficit habitacional

aguaslindense adotando como base os anos imediatamente subsequentes a criação e extinção do PMCMV e os dados da FJP e do IMB, visualiza-se um aumento quantitativo total no déficit por habitação no município de 2.947 domicílios (aumento de 49,35% em relação a 2009). Todavia, faz-se importante frisar que o município sofreu alterações significativas na sua dinâmica urbana, em especial, no que se refere ao elevado aumento populacional que se acentuou na última década com a migração de pessoas para a região. Tal fato, deve ser considerado na análise do problema haja vista o crescimento desordenado ser um dos principais fatores que contribuem negativamente para a proliferação de domicílios sem estrutura básica em locais carentes de infraestrutura para garantir uma mínima qualidade de vida para os habitantes.

Desse modo, nota-se que com o crescimento populacional vertiginoso ocorrido no município no período de vigência do PMCMV (gráfico 4) o déficit habitacional poderia ter apresentado taxas ainda maiores, caso não existisse essa política pública voltada para a habitação.

Gráfico 4

Crescimento Populacional em Águas Lindas de Goiás 2009-2021



Fonte: Elaboração própria com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2024.

O gráfico 4 mostra a estimativa da evolução populacional do município de Águas Lindas de Goiás, no período de 2009 a 2021, segundo dados do IBGE. O aumento

Sem Subsídio	634	1892	2780	2770	2513	1589	1614	227	26	27	63	16	14151
Faixa 3	8	19	24	51	69	58	55	55	42	43	56	83	563
Com Subsídio	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Sem Subsídio	8	19	24	51	69	58	55	53	42	43	56	83	561
Total	677	2201	3225	3169	2930	1853	1773	1564	2249	2264	2881	3074	27860
Com Subsídio	35	164	244	348	348	206	104	1284	2163	2192	2756	2975	12819
Sem Subsídio	642	2037	2981	2821	2582	1647	1669	280	86	72	125	99	15041

Elaboração própria com dados da Caixa Econômica Federal, 2024.

No período em análise, pode-se perceber a forte concentração de financiamentos na faixa 2 do PMCMV. A disponibilização de moradias para a Faixa 2 do programa no município de Águas Lindas de Goiás ultrapassa 94% do total de moradias financiadas no período, número bastante superior ao do cenário nacional cuja representatividade das unidades destinadas à Faixa 2, em 2017, alcançou 48,9%. A Faixa 2 do PMCMV foi desenhada inicialmente para englobar famílias com renda de 3 a 5 salários mínimos e que possuíssem empregabilidade formal no mercado. Tal situação na distribuição de moradias no município evidenciam o distanciamento do discurso governamental com a realidade do programa, haja vista não ter conseguido suprir a demanda da parcela populacional de baixa renda, cujas principais limitações para aquisição de imóveis é justamente a informalidade da renda e do trabalho. Logo, a situação apresentada ratifica a tendência do mercado imobiliário de atender a população de renda média brasileira.

Outro ponto importante apresentado na tabela 3, foi a representatividade crescente de unidades subsidiadas a partir do ano de 2016. Aqui, visualiza-se que entre 2009 a 2015 o número total de unidades financiadas que contaram com subsídios do governo federal foi de 1.449 UH, número pouco superior ao ano de 2016 no qual o número de UH subsidiadas foi de 1.282 UH. Quando analisados em percentuais os valores são ainda mais discrepantes, posto que entre os anos de 2009 a 2015 o maior percentual de unidades financiadas com subsídio para a Faixa 2 foi de 12,16%, em 2013 (348 de 2861 UH). A partir de 2016, o percentual de unidades financiadas na Faixa 2 saltou para a casa de 90%, mantendo-se nesse nível nos anos subsequentes. O mesmo fenômeno ocorreu na faixa 1, que não possuía qualquer financiamento subsidiado até 2017, mas a partir desse ano contou com esse recurso na quase totalidade alcançando os 100% de unidades subsidiadas em 2020.

Em complemento aos dados disponibilizados pela CEF, foi feita solicitação ao Banco do Brasil a respeito do número de financiamentos realizados pela referida instituição financeira no âmbito do PMCMV durante o ciclo de vida do programa. Em resposta, a Diretoria de Soluções em Empréstimos e Financiamentos do Banco do Brasil afirmou que atuação do banco no PMCMV iniciou em 2012, disponibilizando os seguintes dados relacionados para o município de Águas Lindas de Goiás.

Tabela 4

Total de Financiamentos pelo Banco do Brasil 2012 a 2020 – PMCMV

Faixa MCMV	ANO									Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Faixa 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio										
Sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio										
Faixa 2	4	371	1477	1187	653	206	75	75	5	4053
Com	-	370	1477	1187	653	206	75	75	5	4052
Subsídio										
Sem	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Subsídio										
Faixa 3	-	2	2	2	2	1	2	2		13
Com	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
subsídio										
Sem	-	2	2	2	2	1	2	2	-	13
subsídio										
Total	4	373	1479	1189	655	207	77	77	5	4066

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco do Brasil, 2024

Conforme disposto na tabela 4, o BB foi responsável por financiar 4.066 unidades habitacionais no município de 2012 a 2020, com a maior parte dos financiamentos sendo subsidiados. O BB não financiou UHs na Faixa 1 do programa e apenas 13 unidades na Faixa 3, concentrando os financiamentos de moradias na Faixa 2 de forma quase exclusiva. Importante destacar que somados os financiamentos da CEF com os do BB o número total foi de 31.196 UHs, informação que ajuda a ratificar os números disponibilizados pelo MCID de 32.113 UHs contratadas para o município no período. Como visto, os dados apresentados para o município de Águas Lindas de Goiás no que concerne a disponibilização de moradias no PMCMV foi voltada para o “mercado popular” corroborando com a exposição de Moreira,

Silveira e Euclydes (2017) que trouxeram essa afirmação para o cenário nacional. A porcentagem de imóveis destinados a Faixa 2 no município foi de 95,57%, percentual bastante expressivo mesmo quando comparado a média nacional que costuma ultrapassar os 60%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a efetividade do PMCMV no combate ao déficit habitacional no município de Águas Lindas de Goiás. Para a análise, foram expostos dados disponibilizados por órgãos e entidades governamentais ligados ao tema garimpados através de busca nos canais de comunicação oficial, em estudos sobre o tema e por meio de solicitação de informações via e-SIC. Para viabilizar a análise comparativa do déficit habitacional no município no período de vigência do PMCMV foram analisados os dados divulgados pela Fundação João Pinheiro e pelo Instituto Mauro Borges, ambas instituições especializadas no cálculo desta problemática no Brasil.

De acordo com as informações apresentadas, visualiza-se que a abordagem do programa no município foi voltada principalmente para o incremento do estoque de moradias, convergindo com a ideia de que o foco do programa é o combate ao déficit habitacional quantitativo. O exposto neste trabalho também permite concluir que embora a propaganda do Governo fosse de priorização da classe mais vulnerável do país na distribuição de moradias o que de fato ocorreu foi o atendimento à parcela da população com uma maior facilidade de ingresso no mercado imobiliário, tanto por possuírem uma renda média (3 a 6 salários mínimos mensais) quanto por estarem inseridas no mercado formal de trabalho. Diante disso, o foco no aspecto quantitativo do problema careceu de direcionamento para onde de fato a problemática é mais intensa, pois conforme apresentado mais de 60% do déficit de moradias em Águas Lindas de Goiás estava entre as famílias com renda de até 3 salários mínimos. Esse fato pode ter contribuído para que apesar da considerável quantidade de novas habitações incrementadas no município o déficit quantitativo tenha aumentado ao invés de diminuído, haja vista a disponibilização de UHs para a faixa com maior taxa do déficit ter sido de pouco mais de 800 UHs, enquanto a carência ter sido de 3.750 moradias em 2010.

Os números apresentados pelo município goiano analisado enfatizam a concentração da disponibilização de moradias segundo a vontade do setor imobiliário que visou atender a parcela da população que trouxesse maior segurança de retorno econômico para o setor.

Como visto e discutido em outros trabalhos sobre o tema, inserir a parcela em situação de vulnerabilidade socioeconômica em políticas habitacionais tem se mostrado um problema crônico do país. Por mais que o PMCMV tenha sim disponibilizado UHs para essa classe a demanda ainda está longe de ser atendida de forma considerável, dentre outros motivos pela dificuldade destes se incluírem no mercado formal de emprego e renda. Assim, a dificuldade na contratação de crédito faz com que essa parcela da população dependa quase que exclusivamente de doações de moradias pelo governo e se enquadrando em dificuldades adicionais orçamentárias e burocráticas. Soma-se ao problema no município analisado o elevado crescimento populacional ao longo da última década devido a migração de pessoas para a cidade em virtude, especialmente, da proximidade deste para com o Distrito Federal. Tal crescimento acentua não apenas o problema habitacional, mas também toda a dinâmica urbana do município, como mobilidade, saúde, educação, transporte público, desemprego, etc.

Contudo, pode-se inferir que a atuação do PMCMV no município auxiliou um aumento ainda maior do déficit habitacional no município de Águas Lindas de Goiás, e que além disso a construção de mais de 30 mil moradias na cidade ao longo de uma década foi responsável não apenas por gerar emprego no âmbito da construção civil como também ter impulsionado toda a cadeia deste setor no município, aumentando o número de empreendimentos ligados ao setor e aumentando a oferta de emprego para a população local. A injeção de investimentos na cadeia da construção civil foi um dos objetivos projetados para o PMCMV, visto que inicialmente ele foi lançado para combater uma situação de crise econômica. A construção de novas moradias faz-se importante também para a arrecadação local, pois o município passa a aumentar a arrecadação de impostos ligados ao setor como na distribuição de licenças e alvarás de construção, regularização e novos lançamentos de IPTU, transações envolvendo compra e venda de imóveis, bem como no aumento impostos ligados a venda de materiais de construção.

Por fim, para futuras análises sobre o tema, tecem-se algumas limitações que podem ser superadas em outros estudos. Primeiro, ainda há uma séria dificuldade em conseguir informações oficiais a partir dos canais de transparência disponibilizados pelo governo seja na esfera federal, estadual ou municipal. Essa limitação se avoluma ainda mais quando se depara com o âmbito municipal, dado que, a exemplo do caso de Águas Lindas de Goiás, muitos municípios não possuem banco de dados eletrônico para verificação de informações, dependendo ainda de busca manual pelos arquivos o que gera morosidade e perda de informações que poderiam auxiliar na construção do projeto de pesquisa. Para o município de

Águas Lindas de Goiás, sugere-se que a efetividade do Programa Minha Casa Minha Vida seja avaliada além do problema déficit habitacional, considerando os impactos que essa política pública trouxe no cenário socioeconômico da cidade em especial o número de empregos gerados no setor de construção civil e o número de empreendimentos de infraestrutura que estão interligados ao programa.

Segundo, a análise do combate ao déficit depende de uma série de variáveis, no caso deste estudo foi a impossibilidade de comparação das estatísticas por uma única instituição para o período abordado. Assim, a utilização de metodologias distintas pelas instituições de pesquisa para o cálculo do déficit pode gerar dúvidas e leves inconsistências na comparação dos indicadores utilizados. Entretanto, em que pese a lacuna na documentação que possibilite a comparação ao longo do período abordado utilizando dados de uma única fonte, ressalva-se o fato dos próprios institutos de pesquisa estarem evoluindo e alterando sua metodologia de pesquisa com base em novas técnicas e ferramentas que se encontram disponíveis no momento, o que torna inviável a comparação das estatísticas do déficit habitacional com o uso de metodologia única.

Desse modo, espera-se que este estudo contribua para o campo acadêmico sobretudo para estudantes que se interessem pelo tema habitação e para gestores de políticas públicas responsável por elaborar programas e projetos ligados à temática no cenário nacional ou local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. *Terceira fase do Minha Casa, Minha Vida é lançada para 2 milhões de moradias*. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/terceira-fase-do-minha-casa-minha-vida-e-lancada-com-2-milhoes-de-moradias>

Ativa Consultoria Municipal. *Plano Diretor Participativo (PDP) de Águas Lindas de Goiás (GO) Diretrizes e Ordenamento Territorial – Proposta Preliminar – Junho de 2016*. https://www.mpggo.mp.br/porta/arquivos/2016/06/21/08_48_05_590_PDAguasLindas_ZoneamentoEDiretrizes_Mai2016.pdf

Balbim, R., Krause, C & Lima, Neto,V.C (2015). Para Além do Minha CasaMinha Vida: Uma Política de Habitação de Interesse Social?. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*.

Discussion Papers 2116, Recuperado de <https://ideas.repec.org/p/ipe/ipetds/2116.html>

Birck, M. L. R., Morgane, B. Lorenzi, A., Lorenzi, L. S., Silva Filho, L. C. P (2020). Avaliação da satisfação de usuários de moradias populares em loteamentos de interesse social no Rio Grande do Sul. Congresso Brasileiro de Patologia das Construções. *Anais [recurso eletrônico]. [Porto Alegre] : ALCONPAT*. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10183/263323>

Botega, L. R (2007). De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. *Espaço Plural*, 8 (17), 65-72. Recuperado de <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1619>

Cavalheiro, W. A., Vieira, A. G., Silveira, E. F. (2022). Habitação de Interesse Social: Qualidade de Vida dos Responsáveis por Famílias Beneficiadas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1-16. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242612>

Cohen, S. C., Bodstein, R., Kligerman, D. C., MarcondesS, W. B. (2007). Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 12 (1), 191-198. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000100022>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988) Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Euclydes, F. M., Moreira, V. S., Martins, A. F. H., Silveira, S. F. R. (2022). O processo de política pública do “Minha Casa, Minha Vida”: criação, desenvolvimento e extinção. *Revista de Sociologia e Política*, 30 (20). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1678-98732230e020>

Fundação João Pinheiro. *Carências Habitacionais Quantitativas das Famílias de Baixa Renda no Brasil: uma análise a partir dos dados do CadÚnico (2018 a 2020)*. (2024). Recuperado de <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>

Fundação João Pinheiro. *Déficit Habitacional no Brasil 2009*. (2012). Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76700>

Fundação João Pinheiro. *Déficit Habitacional no Brasil 2010*. (2013). Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=73954>

Fundação João Pinheiro. *Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019*. (2020). Recuperado de https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf

Fundação João Pinheiro. *SP e MG têm o maior déficit habitacional no Brasil*. (2024). Recuperado de <https://fjp.mg.gov.br/sp-e-mg-tem-o-maior-deficit-habitacional-no->

[brasil/#:~:text=D%C3%A9ficit%20habitacional%20relativo%20total%20%E2%80%93%20E,m,Roraima%20\(17%2C2%25\)](#)

Guerra, G. R. Cruvinel, E. C., Macedo, M. R. (2021). Déficit Habitacional com Base nos Dados do CADÚNICO 2021. *Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos*. Recuperado de https://goias.gov.br/agehab/wp-content/uploads/sites/18/2023/09/002.2023.ANEXO_II_DO_PB_ESTUDO.DO_IMB_E.PLANILHA.DE_DEFIVIT.HABITACIONAL-6ab.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema IBGE de Recuperação Automática*. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida*. Recuperado de <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3298/1/Pesquisa%20de%20satisfa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20benefici%C3%A1rios%20do%20Programa%20Minha%20Casa%20Minha%20Vida.pdf>

Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009. (2009) Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm

Ministério da Economia. *Relatório de Avaliação Programa Minha Casa Minha Vida*. Recuperado de <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>

Ministério das Cidades. *Plano Nacional de Habitação 2009*. Recuperado de <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/285>

Ministério das Cidades. *Conheça o Programa Minha Casa Minha Vida*. Recuperado de <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida>

Moreira, V. S., Euclides, F. M., Martins & A. F. H. (2021). Uma década de “Minha Casa, Minha Vida”: análise da produção científica sobre o programa. *Revista NAUSocial*, 12 (23), 801-820. Recuperado de

<https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/44851/25464>

Moreira, V. S., Euclides, F. M., & Silveira, S. F. R. (2017). *Minha Casa Minha Vida em Números: quais conclusões podemos extrair? IV EBAP*. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/328612302_MINHA_CASA_MINHA_VIDA_EM_NUMEROS_quais_c

Nascimento, D. M., & Braga, A. R. C. (2009). Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida?. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v0i9p98-109>

Neto, P. N., & Ultramari, C. Política Habitacional no Brasil: Manifestações Territoriais de Uma Década de Habitação Social de Mercado. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 24 (1), 1-28 . Recuperado de <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202206>

Oliveira, V. F. (2014). Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: Mudanças e Permanências na Política Habitacional. *Caminhos de Geografia*, 15 (50), 36-53. Recuperado de <https://doi.org/10.14393/RCG155022937>

Souza, B. A., Mello, O, M. (2018). Análise das obras do PAC (Eixo Minha Casa, Minha Vida) em Valparaíso de Goiás (GO): a produção de uma realidade integradora/segregadora. *Sociedade e Natureza*, 30 (1), 1-28. Recuperado de <https://doi.org/10.14393/SN-v30n1-2018-1>

7. APÊNDICE

7.1. Consulta 1 - Resposta e-Sic Caixa Econômica Federal

Detalhes do Pedido de Acesso à Informação
Consulte aqui os detalhes do pedido de acesso à informação selecionado
Ir para
Informações da Resposta Data da resposta: 17/06/2024, às 13:36 Tipo Resposta Conclusiva Responsável pela resposta Superintendência Nacional Fundo de Governo e Superintendência Nacional Box Plataforma Novos Negócio Decisão Acesso Parcialmente Concedido Especificação decisão Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade

Destinatário Recurso 1º

DIRETORIA EXECUTIVA FUNDOS DE GOVERNO e DIRETORIA EXECUTIVA HABITAÇÃO

Prazo para recorrer

27/06/2024 23:59

Resposta

Prezado Senhor Maykon Lopes Da Silva,

1. Conforme solicitação através do Fala.BR, site CGU, informamos que:

“Em atendimento a sua solicitação, encaminhada por meio do protocolo SIC nº 18840000883202415, em que manifesta “Boa tarde. Preciso das seguintes informações referentes ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida: Número de unidades habitacionais financiadas pela Caixa Econômica Federal ao longo do período de 2009 a 2021 a partir do programa Minha Casa, Minha Vida no município d

e Águas Lindas de Goiás. Quantidade de financiamentos realizados para as Faixas 1, 2 e 3 do programa, no município de Águas Lindas de Goiás. Quantidade de financiamentos realizados com subsídios da CEF no município de Águas Lindas de Goiás. Preciso das informações acima, ou do local onde elas estão disponíveis para acesso contendo a evolução histórica dos financiamentos.”, informamos:

1. Conforme estabelecido na Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e atualizações, o Programa Minha Casa Minha Vida tem por finalidade promover o direito à moradia de famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e da qualidade de vida da população.

1.1. Para a implementação do PMCMV - Faixa 1, a União aporta recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), além dos subsídios para contratação no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

1.2. A atuação da CAIXA no PMCMV - Faixa I, na condição de Gestor Operacional no âmbito do PMCMV, com recursos do FAR, está prevista na Portaria do MCidades Nº 114/2018.

1.3. Na condição de Agente Operador do PMCMV-Entidades, com recursos do FDS, a CAIXA atua conforme previsto na Instrução Normativa do MCidades Nº 12/2018.

1.4. A atuação da CAIXA no âmbito do PNHR está prevista na Portaria do MCidades Nº 366/2018.

2. Respeitando a transparência das informações passíveis de compartilhamento, a Superintendência de Fundos de Governo, dentro de sua competência, informa que foram financiadas 303 unidades no âmbito do FAR - Fundo de Arrendamento Residencial - FAIXA I, no período solicitado, sendo distribuídos da seguinte forma:

2.1. Empreendimento RESIDENCIAL BETEL, com contrato assinado em 08/05/2009, foram 199 unidades financiadas

2.2. Empreendimento RESIDENCIAL BETHEL II, com contrato assinado em 13/01/2010, foram 104 unidades financiadas

3. Esclarecemos que, no âmbito do FDS e do PNHR não houve contratações em Águas Lindas de Goiás, no período.

4. Ressaltamos que o Ministério das Cidades é o órgão do Poder Executivo responsável pela política pública de habitação responsável pela divulgação dos dados abertos, por meio do Portal Brasileiro de Dados Abertos (<https://dados.gov.br/home>).

5. Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.”

1.1 Em relação aos demais itens solicitados, tecemos os seguintes esclarecimentos:

“1 Diante de sua solicitação encaminhamos a planilha* em anexo com a quantidade de contatações do MCMV Faixa 1, 2 e 3, divididos por ano e com e sem subsídios.

*Fonte: Tabela banco de dados CAIXA - data:10/06/2024”

2. Por fim, agradecemos o contato e esclarecemos que a CAIXA, na página <https://www.caixa.gov.br/aceso-a-informacao/Paginas/default.aspx>, disponibiliza as informações corporativas em atendimento à Lei 12.527/2011.

3. Informamos que a CAIXA mantém os seguintes canais para atendimento ao cliente:

a) Internet SAC - acessando o endereço

<https://www.caixa.gov.br/faleconosco/Paginas/default.aspx>.

b) Telefone SAC - 0800 726 0101 (para informações, reclamações, cancelamentos, sugestões, serviços e elogios; com atendimento 24 horas, 07 dias por semana e prazo de resolução de até 7 dias corridos a contar do registro, conforme Decreto nº 11.034, de 05 de abril de 2022).

4. Por oportuno, indicamos canal de Ouvidoria, pelo telefone 0800 725 7474 para eventuais casos de insatisfação com a solução apresentada pelo SAC (atendimento todos os dias úteis das 9h às 18 horas, e prazo de resposta de 10 dias corridos).

5. Para o registro de denúncia com indícios de crimes, infrações à legislação vigente, lavagem de dinheiro, assim como outros ilícitos que possam estar relacionados às suas atividades, a CAIXA mantém os seguintes canais:

a) Internet, pelo endereço: <http://www.caixa.gov.br/atendimento/canal-denuncia/Paginas/default.aspx>

b) Telefone - 0800 512 6677 (com atendimento 24 horas por dia, 07 dias por semana, e prazo de 30 dias corridos).

6. Conforme o disposto no art. 21 do Decreto 7.724/2012, informa-se que o cidadão poderá ser apresentado recurso no prazo de 10 dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior para o assunto solicitado.

7. A CAIXA coloca-se à disposição através de seus canais de atendimento.

Atenciosamente,

Superintendente Nacional Fundo de Governo
Superintendência Nacional Fundo de Governo

Superintendente Nacional Box Plataforma Novos Negócios
Superintendência Nacional Box Plataforma Novos Negócios

CAIXA – Serviço de Informação ao Cidadão

[Ver menos]

Anexos da resposta

Origem

Nome

Anexo Resposta

LAI_14327587_Aguas_Lindas.xlsx

Exibir

1-1 de 1 itens

Página

Pedido de Acesso à Informação Detalhado

Número de protocolo

18840.000883/2024-15

Tipo

Acesso à Informação

Esfera

Federal

Órgão destinatário

CEF – Caixa Econômica Federal

Resumo

Solicitação de Número de Imóveis Financiados pela CEF em Águas Lindas de Goiás

Fale aqui (teor)

Boa tarde.

Preciso das seguintes informações referentes ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida:

Número de unidades habitacionais financiadas pela Caixa Econômica Federal ao longo do período de 2009 a 2021 a partir do programa Minha Casa , Minha Vida no município de Águas Lindas de Goiás.

Quantidade de financiamentos realizados para as Faixas 1, 2 e 3 do programa, no município de Águas Lindas de Goiás.

Quantidade de financiamentos realizados com subsídios da CEF no município de Águas Lindas de Goiás.

Preciso das informações acima, ou do local onde elas estão disponíveis para acesso contendo a evolução histórica dos financiamentos.

Assunto

Habitação Urbana

Subassunto

-

Tag

-

Data de cadastro

30/05/2024

Prazo de atendimento

24/06/2024

Situação atual

Concluída

Registrado por

MAYKON LOPES DA SILVA

Modo de resposta

Pelo sistema (com avisos por email)

Canal de entrada

Internet

Anexos Originais

Anexos do pedido de acesso à informação

Origem

Nome

Anexo Resposta

LAI_14327587_Aguas_Lindas.xlsx

Exibir

1-1 de 1 itens

7.2. Consulta 2 – Resposta e- SIC Ministério das Cidades

Detalhes do Pedido de Acesso à Informação

Consulte aqui os detalhes do pedido de acesso à informação selecionado

Ir para

Informações da Resposta

Data da resposta: 02/07/2024, às 10:25

Tipo

Resposta Conclusiva

Responsável pela resposta

Coordenação de Proteção de Dados e Acesso à Informação

Decisão

Acesso Concedido

Especificação decisão

Resposta solicitada inserida no Fala.Br

Destinatário Recurso 1º

Ouvidoria do Ministério das Cidades

Prazo para recorrer

12/07/2024 23:59

Resposta

Senhor,

Em atenção ao Pedido de Informação, registrado no Fala.BR sob o nº 80002.001924/2024-28, a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) encaminha arquivo anexo, contendo os dados atualmente disponíveis das operações contratadas e entregues no âmbito dos Programas Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e Casa Verde e Amarela (PCVA), modalidades subsidiadas OGU e Financiadas FGTS, de 2009 até 31 de dezembro de 2023.

Se forem necessárias novas informações ou informações complementares, abra um novo pedido de acesso à informação.

Sua opinião é importante para melhorarmos nossos serviços. Responda nossa pesquisa de satisfação, que é fácil e rápida.

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério das Cidades

[Ver menos]

Anexos da resposta

Origem	Nome
Anexo Resposta	Dicionario_dos_conjuntos_de_dados_MCMV_-_FGTS_e_OGU.pdf
Anexo Resposta	proposta_dados_abertos_fgts_dez23_v3.csv
Anexo Resposta	proposta_dados_abertos_ogu_dez23_v5.csv

Exibir

1–3 de 3 itens

Página

Pedido de Acesso à Informação Detalhado

Número de protocolo

80002.001924/2024-28

Tipo

Acesso à Informação

Esfera

Federal

Órgão destinatário

MCID - Ministério das Cidades

Resumo

Valor de investimento no programa minha casa minha vida

Fale aqui (teor)

Bom dia.

Preciso das seguintes informações sobre o programa habitacional Minha Casa Minha Vida:

Montante do valor investido no programa no período de 2009 a 2021;

Quantidade de habitações contratadas no período de 2009 a 2021.

Quantidade de habitações entregues no período de 2009 a 2021.

Assunto

Habitação Urbana

Subassunto

-

Tag

-

Data de cadastro

26/06/2024

Prazo de atendimento

16/07/2024

Situação atual

Concluída

Registrado por

MAYKON LOPES DA SILVA

Modo de resposta

Pelo sistema (com avisos por email)

Canal de entrada

Internet

Anexos Originais

Anexos do pedido de acesso à informação

Origem**Nome**

Anexo Resposta

Dicionario_dos_conjuntos_de_dados_MCMV_-_FGTS_e_OGU.pdf

Anexo Resposta

proposta_dados_abertos_fgts_dez23_v3.csv

Anexo Resposta

proposta_dados_abertos_ogu_dez23_v5.csv

Exibir

1–3 de 3 itens

Página

Baixar todos

Histórico de Ações

Data/Hora**Ação****Responsável**

26/06/2024 08:31

Cadastro

MAYKON LOPES DA SILVA

02/07/2024 10:25

Registro Resposta

Órgão

02/07/2024 10:25

Registro Resposta

Órgão

Exibir

1–3 de 3 itens

Página

Encaminhamentos

Não foram encontrados registros.

Prorrogações

Não foram encontrados registros.

Respostas à pesquisa de satisfação

Data/Hora**Respostas**

02/07/2024 10:25

A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?5

A resposta fornecida foi fácil de compreender?Fácil de compreender

Você está satisfeito(a) com o atendimento prestado?😊 Satisfeito

7.3. Consulta 3 - Resposta e-Sic Banco do Brasil

Detalhes do Pedido de Acesso à Informação

Consulte aqui os detalhes do pedido de acesso à informação selecionado

Ir para

Informações da Resposta

Data da resposta: 06/06/2024, às 16:39

Tipo

Resposta Conclusiva

Responsável pela resposta

Diretoria Soluções em Empréstimos e Financiamentos

Decisão

Acesso Negado

Especificação decisão

Informação sigilosa de acordo com legislação específica

Destinatário Recurso 1º

Gerente Executivo

Prazo para recorrer

17/06/2024 23:59

Resposta

Prezado Sr. MAYKON,

Encaminhamos-lhe resposta da Diretoria Soluções em Empréstimos e Financiamentos do Banco do Brasil ao seu pedido de informação:

"Prezado Cidadão,

Considerando a prerrogativa desta Instituição Financeira de observar as disposições, na forma da legislação vigente, quanto à preservação de informações protegidas pelo sigilo bancário, bem como, pelo direito à intimidade e à privacidade das pessoas e empresas envolvidas em sua solicitação, o Banco do Brasil, sociedade

de economia mista constituída sob forma de sociedade anônima, reserva-se ao direito de manter o sigilo das informações pleiteadas, amparando-se para tanto na hipótese complementar de sigilo prevista na Lei 6.404/1976, em seu Art. 155, §1º, e no disposto no Art. 5º do Decreto 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação".

Atenciosamente,

João Paulo Hollanda
Gerente de Soluções"

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão do Banco do Brasil – SICBB

Recurso

Conforme a Lei 12527/11 em seu artigo Art. 15, no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

[Ver menos]

Pedido de Acesso à Informação Detalhado

Número de protocolo

18882.000237/2024-53

Tipo

Acesso à Informação

Esfera

Federal

Órgão destinatário

BB – Banco do Brasil S.A.

Resumo

Quantidade de financiamentos do BB relacionados ao programa minha casa minha vida no município de Águas Lindas de Goiás

Fale aqui (teor)

Boa tarde.

Preciso das seguintes informações referentes ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida:

Número de unidades habitacionais financiadas pelo Banco do Brasil ao longo do período de 2009 a 2021 a partir do programa Minha Casa , Minha Vida no município de Águas Lindas de Goiás.

Quantidade de financiamentos realizados para as Faixas 1, 2 e 3 do programa, no município de Águas Lindas de Goiás.

Quantidade de financiamentos realizados com subsídios da CEF no município de Águas Lindas de Goiás.

Preciso das informações acima, ou do local onde elas estão disponíveis para acesso contendo a evolução histórica dos financiamentos.

Assunto

Acesso à informação

Subassunto

-

Tag

-

Data de cadastro

30/05/2024

Prazo de atendimento

24/06/2024

Situação atual

Concluída

Registrado por

MAYKON LOPES DA SILVA

Modo de resposta

Pelo sistema (com avisos por email)

Canal de entrada

Internet

Anexos Originais

Anexos do pedido de acesso à informação

Não foram encontrados registros.

Recursos

Recurso	Tipo	Data Entrada
Primeira Instância	Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	06/06/2024 18:50

Dados do Recurso - Primeira Instância

Órgão Destinatário: BB – Banco do Brasil S.A.

Origem da Solicitação: Internet

Data de Abertura: 06/06/2024 18:50

Tipo de Recurso: Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada

Justificativa:

Prezados,

O pedido de informação não é de nenhum dado pessoal ou comercial, mas tão somente estatístico. A Caixa E financiamentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida dividido por cidade. No site do Banco do Brasil não este canal. A LAI e a LGPD não permitem a disponibilização de informações de cunho pessoal, sigilosas ou

r em risco a segurança dos envolvidos, no entanto este não é o caso, pois, como dito, o pedido é apenas estatístico. A identidade ou outra situação nesse sentido. Peço, portanto, que a negativa seja revista, tendo em vista a justificativa.

[Ver menos]

Resposta do Recurso - Primeira Instância

Data da Resposta: 11/06/2024 18:40

Prazo para Recorrer: 21/06/2024 23:59

Tipo de Resposta: Deferido

Justificativa:

Prezado Sr. Maykon,

Encaminhamos abaixo resposta da Diretoria de Soluções em Empréstimos e Financiamentos do Banco do Brasil.

"Prezado Cidadão,

A atuação do Banco do Brasil no Programa Minha Casa Minha Vida se iniciou em 2012 e, para o Município de

Atenciosamente,

Valadão Júnior

Gerente Executivo"

Atenciosamente,

Recurso	Tipo	Data Entrada
Serviço de Informação ao Cidadão do Banco do Brasil – SICBB		
Recurso		
[Ver mais]		
Responsável pela Decisão: Gerente Executivo		
Destinatário do recurso de 2ª instância: Serviço de Informação ao Cidadão do Banco do Brasil – SICBB		
Este recurso ou sua respectiva resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso, conforme previsto na lei 12.5		
Anexos:		
Nome		
Programa Minha Casa Minha Vida (1).pdf		
Exibir		
1–1 de 1 itens		
Página		
Histórico de Ações		
Data/Hora	Ação	Responsável
30/05/2024 15:53	Cadastro	MAYKON LOPES DA SILVA
06/06/2024 16:39	Registro Resposta	Órgão
06/06/2024 16:39	Registro Resposta	Órgão
06/06/2024 18:50	Registro de Recurso	MAYKON LOPES DA SILVA
11/06/2024 18:53	Registro Resposta Recurso	Órgão
Exibir		
1–5 de 5 itens		
Página		
Encaminhamentos		
Não foram encontrados registros.		
Prorrogações		
Não foram encontrados registros.		
Respostas à pesquisa de satisfação		
Data/Hora	Respostas	
	A justificativa para o não fornecimento da informação foi satisfatória?4	
06/06/2024 16:39	A resposta fornecida foi fácil de compreender?Fácil de compreender	
	Você está satisfeito(a) com o atendimento prestado?😊 Satisfeito	

7.4. Consulta 4 – Resposta e- SIC Fundação João Pinheiro

Detalhamento de Pedido

Dados do Pedido

Pedido

Protocolo

02060000009

Solicitante

001333



Data de Abertura

04/06/2024 13

Orgão Superior

Fundação João

Orgão Vinculado

Prazo de Atendimento

24/06/2024

Situação

Respondido

Forma de recebimento da resposta

Pelo sistema (

Detalhamento da Solicitação

Anexos

Não existem anexos.

Resposta

Avalie a Resposta Recebida

Sua opinião é importante para a construção da cultura de acesso à informação



Data da Resposta

17/06/2024 15

Classificação do Tipo de Resposta

Informação(ões)

Resposta

Prezado(a), boa tarde!

Segue, anexo, arquivo contendo os dados para a cidade de Águas Lindas de Goiás. Ressaltamos que os últimos dados disponíveis com recorte municipal são referentes ao ano de 2010.

Todas as demais publicações relacionadas a Déficit Habitacional estão disponíveis em <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>.

Atenciosamente,

Anexos

LAI_aguaslindasGO_2010.xlsx

Responsável pela resposta:

Pesquisador c

Destinatário do recurso de primeira instância:

Diretoria de Es

Prazo limite para recurso:

27/06/2024

8. LINK DE ACESSO ÀS RESPOSTAS E-SIC

https://drive.google.com/drive/folders/1VIO_3hufyOGT1rNRpMAqxHZySAg-MYbs?usp=drive_link